

ACTA 4/2010

Atenção para
número e data
do PSD, 1 de PS, 2
do CDS, 2 da CDU
e 1 de BE e 1
de PS e do PSD e da
PS. 30/12/10

W
J

-- Aos trinta dias de Setembro do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Quarta Sessão Ordinária do ano de dois mil e dez, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Regimento da Assembleia Municipal; 3) Regime do Exercício da Actividade Industrial (REAI) – Fixação de Percentagem dos Valores das Taxas destinadas às entidades públicas; 4) Regulamento do Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Básica do Município de Mafra; 5) Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais no Município de Mafra; 6) Alterações do Regulamento da Creche da Câmara Municipal de Mafra; 7) Alteração aos Valores da Tabela de Taxas; 8) Regulamento de Publicidade do Município de Mafra; 9) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2011; 10) Modificação aos Documentos Previsionais – Revisão; 11) Alteração do PUATE – Foz do Lizandro. -----

-- Passavam treze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra ao Segundo Secretário da Mesa, Luís Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foram pedidas as substituições do Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Cheleiros pela Senhora Dona Ana Isabel Silva, do Senhor Presidente da Junta da Freguesia da Igreja Nova pela Senhora Dona Célia Rolo Vicente, da Senhora Dona Licínia Quitério pelo Senhor José da Silva, do Senhor Daniel Marchante pelo Senhor Renato Santos e do Senhor Presidente da Junta da Freguesia da Venda do Pinheiro pelo Senhor Vítor Costa. -----

-- Foi dado início ao período de **antes da Ordem do Dia**, colocando-se à discussão as actas número dois e três de dois mil e dez. -----

-- O Senhor Alves Pardal referiu que "a minha intervenção é técnica. Eu reconheço a dificuldade de elaborar actas. Queria apenas dar nota de que verifiquei algumas incorrecções na minha intervenção transcrita na acta número dois, na página catorze, já que onde consta «elação» devia constar «ilação». Relativamente à acta número três de dois mil e dez, recordo que o Grupo Municipal do CDS/ PP endereçou à Câmara um requerimento para nos ser facultada informação adicional sobre o plano estratégico de mobilidade da vila de Mafra, que ainda não obteve resposta." -----

-- No uso da palavra, o Senhor António Branco disse que "queria fazer só um pedido de rectificação relativamente à acta número três. Na página dez deve ler-se «resultado líquido» e não «relatório líquido»." -----

-- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que serão introduzidas as correcções solicitadas. -----

-- Prosseguiu-se com a votação da acta número dois, tendo esta sido aprovada por maioria com duas abstenções, uma do PS e outra da CDU. Sobre a acta número três, esta foi aprovada por maioria com quatro abstenções, duas do PS, uma da CDU e uma do PSD. -----

-- Sobre a documentação recebida na Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "um dos documentos é a resposta que o Governo deu ao Grupo Parlamentar do PCP sobre dívidas da Administração Central às Câmaras Municipais, relativamente aos transportes escolares. É aqui referido que não há dívida nenhuma, mas só ao Município de Mafra esta é de meio milhão de euros. Há aqui alguma incongruência." -----

-- Interveio o Senhor Aníbal Ferra para dizer que "como primeiro ponto, que me merece reparo, é a insuficiência de documentação que é facultada a esta Assembleia para os trabalhos que nos propõem. Hoje temos uma série de pontos para aprovar e, na generalidade, a documentação enviada é muito insuficiente. Devem estar recordados da confusão que foi a votação sobre os estatutos da AMEC

na última Assembleia. Isso deve-se à falta de informação e isso não foi registado na acta. Por essa razão, entende o Bloco de Esquerda que a informação deve ser suficiente e sucinta." -----

-- O Senhor Filipe Infante referiu que "em nome do Grupo Parlamentar do PPD/PSD desta Assembleia, gostaria de vos deixar um breve apontamento sobre o Centenário da República Portuguesa. A implantação da República resultou de um golpe de Estado, que no dia cinco de Outubro de mil novecentos e dez destituiu a Monarquia Constitucional e implantou um novo regime em Portugal. Na altura, vários factores como a instabilidade política e social e a aparente incapacidade de acompanhar a evolução dos tempos contribuíram para um inexorável processo de erosão da Monarquia. Por contraponto, a República apresentava-se como o único regime capaz de devolver ao país o prestígio perdido e colocar Portugal na senda do progresso. Também neste momento grande da História de Portugal o nome de Mafra, do seu Palácio, do seu Executivo Camarário, ficaram para sempre gravados na História. Também a Ericeira ficou na História como porto por onde, por meio de dois barcos de pesca, e perante os olhares curiosos dos populares, embarcaram no iate real «Amélia» a Família Real e alguns acompanhantes. Cem anos passados, temos vindo a assistir a muitas formas de comemoração da República. Com o objectivo de reafirmar os valores educativos associados à herança histórica da Primeira República, o programa "Cem escolas para a República", que pretende inaugurar cem escolas neste dia, é um desses exemplos. Também aqui e agora Mafra apresenta o seu contributo para a história: por um lado, a Escola Secundária José Saramago; e, por iniciativa do Município, a Escola Básica de São Miguel do Milharado, a inaugurar no próximo dia cinco de Outubro. Esta última será o décimo sexto estabelecimento de ensino inaugurado no âmbito do programa municipal previsto na Carta Educativa do Concelho de Mafra. A aposta nas crianças e na sua educação é, assim, mais um contributo de Mafra para voltar a colocar Portugal na senda do progresso. Parabéns à República, parabéns a Mafra." -----

-- O Senhor Alves Pardal disse que "gostaria de prestar um louvor à Comissão Organizadora das Festas de Nossa Senhora da Nazaré, em particular, à Junta da Freguesia de Mafra pelo apoio prestado. É uma festa que todos os anos engrandece as diversas freguesias por onde passa. Queria ainda fazer um desabafo geral, que respeita à Comunicação Social. Nós vivemos num estado de direito democrático. A «casa da democracia» é a Assembleia da República. Verifico que existe uma cobertura intensa dos trabalhos da Assembleia da República, mas não da Assembleia Municipal de Mafra. Lanço um repto à comunicação social local para reflectir sobre as controvérsias que se passam aqui. Esta é a «casa da democracia» do Concelho de Mafra." -----

-- Interveio o Senhor Renato Santos para dizer que "há duas sessões, eu fiz um pedido ao Presidente da Câmara Municipal sobre a instalação do Conselho Municipal de Juventude. Em que situação é que este se encontra?" -----

-- A Senhora Dona Isilda Pegado referiu que "em nome do PSD, gostaria de apresentar uma palavra de louvor a todos os que se empenharam nas Festas de Nossa Senhora da Nazaré, onde todo o Concelho de Mafra esteve envolvido. Nesta medida, Mafra deve um bem-haja ao prior de Mafra, à Comissão de Festas, às entidades públicas, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, e ao povo que mostrou a sua devoção. É um momento que as entidades públicas não podem deixar passar em claro. Por outro lado, gostava de dar uma nota que me parece sintomática, até pelo momento que vivemos. É bom ver esta relação entre religião e entidade pública. O estado é laico, mas o povo tem religião. A República também trouxe perseguições à igreja e à religião, que merecem a nossa reflexão e o nosso conhecimento para que a História não se repita. Aquilo que me parece que aconteceu em Mafra foi a demonstração do empenho da igreja, que se soube separar do Estado na Primeira República, porque foi a igreja que verdadeiramente se separou do Estado. Mantém esta separação e o Estado separado da igreja, seguramente, contribui de uma forma mais séria e digna para podermos dizer,

como é da História, «a César o que é de César» e a «Deus o que é de Deus», sendo certo que o Homem não é de César.” -----

-- No uso da palavra, o Senhor Miguel Ângelo disse que “importa referir que, entre a última Assembleia e a presente, inaugurámos mais três escolas pelo Município. São todas iniciativas da Câmara. Para além disso, de destacar também que Mafra é muitas vezes citada em termos de plano rodoviário. Esta semana foi também salientada em termos de mobilidade. Uma entidade independente atribuiu um galardão, reconhecendo o esforço municipal na promoção da mobilidade na envolvente ao Palácio Nacional. A mobilidade associa-se aos peões, essencialmente aos que têm dificuldades motoras e problemas de acessibilidade. É um contributo importante para que se construa no Concelho de Mafra uma sociedade mais justa para todos. Estou certo que, dentro das limitações, outras localidades irão sofrer estas alterações. No centro da vila de Mafra, isso resultou. É gratificante sabermos que estamos a votar coisas que depois têm este reconhecimento por associações independentes.” -----

-- O Senhor Renato Santos referiu que “foram inauguradas três escolas, damos um louvor à Câmara Municipal, mas nem só de inaugurações vive o Concelho. Nós temos cinco propostas em relação à educação, que gostávamos de ver executadas. Relativamente às bibliotecas, estas ou não abrem ao sábado ou não abrem à segunda. A questão que o PS coloca é se não é suposto os alunos estudarem nesta altura? Queríamos propor também a criação de um centro de explicações. Nós temos tantos estudantes universitários na carreira da docência, que não custava muito arranjar uma biblioteca onde a troco de cinco euros, por exemplo, eles pudessem dar explicações. Não custa nada e dá currículo e apoio a quem precisa. Quanto aos manuais escolares, há uma experiência que já foi feita, que é a bolsa local de livros escolares. Acho que era útil a Autarquia começar a pensar nisto. O nosso governo contribui com cinquenta por cento dos passes universitários «Dezoito – Vinte e Três», já que não vamos ter uma universidade em Mafra acho que era bom se a Autarquia pudesse financiar um pouco do referido passe. Por último, não esquecendo os jovens artistas do Concelho, que já começam a ser muitos, temos tantos espaços, porque não ceder um ateliê a cada um nas escolas antigas, por exemplo no Barril ou Encarnação?” -----

-- Usando da palavra, o Senhor António Branco disse que “relativamente a uma deliberação tomada na comissão de regimento, gostaria de solicitar que a Câmara nos pudesse transmitir as iniciativas tomadas no âmbito das recomendações do relatório de auditoria do Tribunal de Contas. Julgo que havia um prazo de seis meses, se bem me lembro era contado a partir de cinco de Março. A pergunta que faço é se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal recebeu alguma informação relativamente a esta matéria?”. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que “não recebi, não vi que já tinham passado seis meses.” -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz referiu que “passou o tempo do Verão, sendo esta uma altura cheia de actividades. Queria dar umas notas muito rápidas: uma nota muito positiva para o Cool Jazz Fest, festival que se realizou em Mafra; dar os parabéns à Daniela Reis da equipa ACD Milharado, Intermarché Mafra, que venceu o Nacional de Contra-Relógios em juniores; dar um ênfase especial, que dentro do aniversário dos duzentos anos das Invasões Francesas, vamos fazer um esforço para restaurar o Forte da Feira na Malveira; de destacar, igualmente, os militares da GNR de Mafra que apadrinharam um bebé e ajudaram a sua família, uma história que comoveu o país; a Praia de Ribeira d’Ilhas, tão famosa, foi considerada um dos dez melhores destinos mundiais para a prática de surf pelo jornal «Sunday Times» e também será objecto de requalificação para actividades relacionadas com o desporto das ondas, conforme foi referido pela Autarquia; Mafra inova também no combate dos acidentes com um conjunto de medidas que fazem parte do Plano Municipal de Segurança Rodoviária. Achei muito interessante verificar, na revista da TAP, na primeira página, que o jornalista Carlos Vaz Marques, do programa da TSF «Pessoal e Transmissível», fez referência que considerava como o principal

monumento português a Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra. Ainda sobre as festas de Nossa Senhora da Nazaré, gostaria ainda de salientar o bom desempenho da comissão organizadora, do Reverendo Padre Luís de Barros e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mafra.” -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que “queria fazer uma rectificação em relação à pergunta do Senhor Branco, de facto estava aqui a documentação, que foi hoje entregue e dentro do prazo estipulado.” -----

-- Sobre as questões formuladas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, referiu que “sobre o Conselho Municipal de Juventude, tanto a Associação Nacional de Municípios, como a Junta Metropolitana de Lisboa, consideram que a legislação restringe a autonomia municipal. Já demos conhecimento ao Senhor Secretário de Estado da forma como entendemos que não deve ser o Conselho Municipal de Juventude e, portanto, a sua constituição está em *stand by*. Sobre as restantes propostas apresentadas não tenho nada a dizer.” -----

-- Não havendo mais inscrições, deu-se início ao período da **Ordem do Dia**, com a introdução do primeiro ponto, denominado **“Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira”**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que “no âmbito das comemorações do Centenário da República, a inauguração da Escola Básica de São Miguel do Milharado está marcada para o dia cinco de Outubro, pelas dez horas e trinta minutos, para não coincidir com a da Escola Secundária José Saramago. Está confirmada a presença do Senhor Ministro da Justiça na Escola Secundária”. Deu ainda nota que “há cerca de quatro dias, verificou-se uma virose na escola de Alcaíça. Fizemos todas as análises. Não é da alimentação, nem do manuseamento, nem da água. Pode ser uma virose, que provoca indisposição. Entretanto, esta situação já foi ultrapassada.” -----

-- O Senhor Aníbal Ferra interveio para dizer que “sendo a educação uma bandeira, com tantos elogios de outras representações, qual é a palavra a dar sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC)? Então se a educação no Concelho de Mafra é muito boa, o que dizer dos professores que, a partir de dezoito do mês passado, foram despedidos e nem tiveram direito a subsídio de desemprego? A educação no Concelho de Mafra não é boa, é razoável.” -----

-- O Senhor António Branco referiu que “da leitura da informação que nos chegou, há referência à Veolia e às obras de saneamento básico. Relativamente ao que estava previsto no Plano de Actividades, a Veolia tem cumprido o contratado com a Câmara? A execução orçamental apresenta níveis muito baixos do lado da receita e da despesa. Havia uma previsão de receita de dez milhões de euros. A execução da despesa também é muito baixa. O que se passou? Dificuldades que são naturais nestes anos mais recentes?” -----

-- O Senhor Miguel Ângelo disse que “a minha questão diz respeito ao que foi afirmado pelo Senhor Aníbal Ferra. Diz que é razoável, mas a verdade é que a requalificação do parque escolar não está concluída nos ciclos de ensino que é responsabilidade do Ministério da Educação. O Ministério da Educação pode ainda travar a construção da nova Escola Básica do segundo e terceiro ciclos da Ericeira, atendendo à crise?” -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que “desde há quatro anos, a Câmara assumiu a responsabilidade de execução das AEC. Para isso, depois de estabelecer os horários com os Agrupamentos, fez um concurso para contratar empresas prestadoras de serviços para a colocação de professores, uma vez que o Ministério da Educação não os tem. A empresa que ganhou no ano passado foi a dos Colégios Miramar e Santo André, tendo esta apresentado o preço mais barato por hora, de acordo com aquilo que estava no caderno de encargos. Sei que, entretanto, houve alguns atrasos no pagamento aos professores. Houve uma tentativa de greve, que tinha mais a ver com o desejo destes professores em integrar os quadros do Ministério da Educação. Esta questão das AEC tem cerca de cinco anos, não existe uma estrutura rígida de professores porque não existem horários completos. É difícil, neste momento, estar já a afectar professores com

carácter vinculativo ao Ministério da Educação para leccionar poucas horas. Outra situação com que nos debatemos igualmente foi que, no ano passado, com muitas passagens à reforma de professores, os concursos do Ministério da Educação duraram até muito tarde. Os professores das AEC tinham concorrido para o Ministério da Educação e assim que o Ministério da Educação abria vagas eles deixavam as AEC e iam para o Ministério da Educação. No Conselho Municipal de Educação anunciei que a Câmara declinaria a responsabilidade de execução das AEC, dando essa responsabilidade aos Agrupamentos. A Câmara é a responsável financeira, através do Ministério. Cada Agrupamento organizou-se. A informação que tenho é que as AEC estão a correr bem. Relativamente à questão formulada pelo Senhor Branco, sobre o investimento, isto reporta-se a vinte e um de Setembro. De facto, há ali alguma não execução no investimento, por razões que serão entretanto apresentadas e que pretendemos resolver. Sobre a questão da construção das escolas básicas do segundo e terceiro ciclos de Mafra e da Ericeira, eu tive uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Educação. A verba que está atribuída é incomportável para compartilhar o custo real destas obras. O Senhor Secretário de Estado disse que tudo iria fazer para conseguir o reforço das verbas adstritas aos dois equipamentos. Telefonou-me passado uns dias, dizendo que com todas estas alterações não era possível dar garantias absolutas. Eu quero acreditar que vai ser possível a construção da escola na Ericeira. Adquirimos desde já o terreno, por um milhão e quinhentos mil euros. Quanto à nova escola básica do segundo e terceiro ciclos da Malveira, eu próprio lancei um desafio, andamos há procura de terreno, para fazer uma escola integrada, uma escola básica do segundo e terceiro ciclos e secundária. A escola secundária de Mafra, apesar das obras de melhoramento, com o décimo segundo ano obrigatório não vai comportar o número de alunos que existem nas quatro escolas básicas do segundo e terceiro ciclos. Há que pensar agora, e não é daqui por dois anos, daí que eu tenha sugerido o projecto da Malveira à DREL. Acredito que o Senhor Secretário de Estado vai-me trazer boas notícias, pelo menos temos trabalhado para isso. O reforço das verbas é de um milhão e seiscentos mil euros para Mafra e um milhão e seiscentos mil para a Ericeira, isso pode comprometer a execução de uma escola digna e capaz. Julgo que num PIDAC poderá acontecer uma rubrica aberta que dará hipótese de, a todo o tempo, existir um reforço para os protocolos que estão neste momento em marcha com a Câmara Municipal de Mafra." -----

-- O Senhor António Branco acrescentou que "eu agradeço a resposta que me deu relativamente à questão que coloquei, mas também gostaria que o tivesse feito em relação à Veolia." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu ainda que "quanto à Veolia, a empresa está cumprir. O objectivo era de oitenta e cinco por cento em três anos. Já temos setenta e sete por cento." -----

-- Prosseguiu-se com o segundo ponto denominado "**Regimento da Assembleia Municipal**". -----

-- Ausentou-se da sala onde decorria a reunião o Senhor Aníbal Ferra. -----

-- O Senhor Hugo Luís disse que "sendo uma prática habitual no início de cada mandato e também pelo facto de terem aumentado o número de membros da Assembleia, comparativamente à anterior, também esta Assembleia se reuniu em comissão de revisão do regimento da Assembleia Municipal. Neste sentido, todos os grupos políticos com assento na Assembleia Municipal se reuniram, promovendo alterações e incorporando algumas melhorias relativamente à prática da última Assembleia Municipal. Das alterações efectuadas, destacamos a introdução das novas tecnologias informáticas, em detrimento do uso de papel. Em todas as sessões, as alterações foram aprovadas por unanimidade. Deste modo, a proposta de regimento da Assembleia Municipal apresentada será votada favoravelmente pela bancada do PSD." -----

-- De seguida, passou-se à votação deste ponto. Elaborado o Regimento da Assembleia Municipal de Mafra pela Comissão para Análise do mesmo, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, o referido documento nos termos da

alínea b) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual. -----

-- Iniciou-se o terceiro ponto intitulado **"Regime do Exercício da Actividade Industrial (REAI) – Fixação de Percentagem dos Valores das Taxas previstas no artigo 50.º da Tabela de Taxas destinadas às entidades públicas"**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Gil Ricardo. -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "este ponto prende-se com aquilo que determina a Lei. Obrigam a que, quando há uma vistoria e seja necessária a presença de entidades externas, haja uma percentagem para lhes dar, contemplada na tabela de taxas. Pretende-se que seja prevista, no âmbito da nossa tabela de taxas, a atribuição da percentagem de quinze por cento nas taxas mais elevadas e cinco por cento, destinados à Agência para a Modernização Administrativa, entidade responsável pela plataforma de interoperabilidade." -----

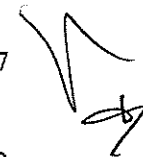
-- Procedeu-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, ao abrigo da alínea e) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, e do artigo sessenta e três do Decreto-Lei número duzentos e nove/ dois mil e oito, de vinte e nove de Outubro, aprovar por maioria, com trinta e nove votos a favor, sendo vinte e sete votos do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do Bloco de Esquerda, e duas abstenções do CDS, a fixação da percentagem de quinze por cento, do valor da taxa prevista no número dois do artigo cinquenta da Tabela de Taxas do Município de Mafra, para a realização de vistoria (quarenta e um euros e oitenta cêntimos), destinada às entidades públicas que intervenham nos actos de vistoria e da percentagem de cinco por cento, dos valores das taxas previstas para os pedidos de registo, constantes no número três do artigo cinquenta da referida Tabela de Taxas, destinada à Agência para a Modernização Administrativa (AMA), entidade responsável pela plataforma de interoperabilidade, com efeitos à data da entrada em vigor do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Mafra. -----

-- Deu-se sequência ao quarto ponto denominado **"Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Básica do Município de Mafra"**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que "a grande alteração tem a ver com os escalões, em cumprimento da Lei." -----

-- No uso da palavra, a Senhora Dona Cristina Loureiro referiu que "como foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, este regulamento decorre da Lei e já é praticado nos nossos estabelecimentos de ensino. Neste sentido, o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente." -----

-- O Senhor Tiago Nunes disse que "este regulamento dos serviços de apoio à família despertou um particular interesse no Grupo Municipal do CDS/PP, dado o seu impacto no quotidiano dos nossos munícipes. O regulamento refere-se ao fornecimento de refeições nas nossas escolas e às actividades de prolongamento de horário e nas interrupções lectivas. Entendemos que o fornecimento de refeições diárias de qualidade constitui um importante apoio social às famílias mais carenciadas do Concelho e dá também um forte contributo à prevenção de diversos problemas de saúde pública, que se manifestam neste século vinte e um. Entendemos também que o prolongamento de horário e as actividades nas interrupções lectivas são um apoio fundamental às famílias que hoje, com o nosso estilo de vida moderno, correm constantemente contra o tempo e têm dificuldade, muitas vezes, em conjugar os horários e calendários escolares com os horários e calendários laborais. É por isso que, para nós, esta regulamentação se reveste de particular importância. Na nossa opinião, a proposta de regulamento apresentada expressa aquilo que se pretende do funcionamento destes serviços e espelha, como já foi dito, aquilo que é o habitual funcionamento das nossas escolas. No entanto,



não queremos deixar de fazer aqui uma chamada de atenção para a forma como o texto nos foi apresentado, e que foi publicado em Diário da República, por conter várias frases menos felizes, uma linguagem pouco cuidada e, acima de tudo, foram encontradas várias gralhas, como no artigo sétimo do número um, ponto três, onde se pode ler a seguinte frase: «a documentação mencionada no número tal do artigo tal do presente regulamento do presente regulamento». Obviamente que vamos votar a favor desta proposta, mas vamos fazê-lo deixando uma recomendação à digníssima Câmara Municipal. Recomenda o Grupo Municipal do CDS/PP que a Câmara Municipal, seguindo os procedimentos previstos na Lei, rectifique as gralhas existentes no texto do regulamento dos serviços de apoio à família e que, de futuro, haja um maior cuidado na análise dos documentos antes destes serem enviados para apreciação nas instâncias de decisão política do Concelho." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que "é evidente que será corrigido." -----

-- O Senhor Aníbal Ferra referiu que "acabado este pequeno recreio, vamos falar de coisas sérias. Aquilo que o colega do CDS disse enquadra-se que nem uma luva no meu primeiro reparo, efectuado no início desta Assembleia. Este regulamento e os que se seguem carecem de fundamentação e de documentação que nos ponham elucidados para podermos votar em consciência. Com a carência de documentação, não seria descabido que estes regulamentos fossem adiados para outra Assembleia." -----

-- Interveio o Senhor Miguel Ângelo para dizer que "quero referir que os regulamentos vão também a apreciação pública e, portanto, como munícipes, também é nossa obrigação nos pronunciarmos. Ora, qualquer munícipe que consulta um documento que é público, que foi publicado em Diário da República, pode a qualquer momento, durante o prazo legal de apreciação pública, alertar para erros e para outras situações. É evidente que esta componente que nos é aqui trazida pelo CDS/PP, do ponto de vista até pedagógico, é importante, porque, de facto, somos um órgão com responsabilidade e temos que ter atenção a estes pequenos pormenores. Estar aqui constantemente a dizer que isto só acontece porque nós não temos acesso ao documento, ou porque andamos aqui a votar só de braço no ar sem ler o que andamos a fazer, é grave. Recordo que o Senhor Aníbal Ferra foi a primeira pessoa a vir aqui dizer que todas as votações deviam ser feitas através de sistema informático. Já que a informática é tão importante para o Bloco de Esquerda, relembro que o Diário da República, onde vêm publicados estes regulamentos, encontra-se disponível em formato electrónico. A tempo e horas, o senhor Aníbal Ferra, lendo o regulamento, pode apresentar também alterações. Para além disso, ainda tem a possibilidade, enquanto membro da Assembleia, de fazer aqui correcções. Não vale a pena estar aqui constantemente a dizer que faltam documentos ou informação. A informação está disponível. Cumpre a Lei. As questões de fundo não foram escondidas de ninguém, foram publicadas em Diário da República, estiveram em apreciação pública. No site da Câmara existe uma área para consulta pública e apreciação pública." -----

-- Usando da palavra, o Senhor José Silva disse que "primeiramente, permitam-me referir que com uma Ordem do Dia tão extensa, com onze pontos, seria conveniente que a documentação enviada aos membros desta Assembleia fosse efectuada com maior antecedência, de modo a permitir uma melhor análise da mesma. Relativamente a este ponto da Ordem do Dia, gostava que, e atendendo às dificuldades que as famílias atravessam neste momento, fossem convidados para a elaboração do regulamento associações de pais, encarregados de educação, associações de famílias numerosas, serviços sociais e outras que, de qualquer forma, possam contribuir para cada vez mais ser criado um regulamento equilibrado e justo para as famílias que residem no nosso Concelho. Permitam-me ainda lamentar o facto que todos os pontos que foram alvo de discussão pública não terem tido qualquer tipo de participação. Será por um total desinteresse? Será pelo desacreditar da democracia ou mesmo das forças políticas representantes do povo? Ou será, e esta é aquela que me parece mais plausível, por um total

desconhecimento? Se assim for, considero que a divulgação que está a ser feita não é a mais adequada e poderá ser insuficiente. Deveria, pois, ser dado conhecimento a todos os representantes desta Assembleia, a todas as Juntas de Freguesia, Associações e Colectividades, Casas do Povo e outras entidades consideradas relevantes que, de qualquer modo, poderão contribuir para que todos possamos ter uma participação mais activa na construção de um Concelho cada vez mais representativo dos seus habitantes." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que "eu ouvi a intervenção do Senhor José Silva e, pegando igualmente nas palavras do Senhor Miguel Ângelo, aconselho que todos os membros da Assembleia, pelo menos uma vez por semana, vejam o site da Câmara. Aí encontram toda a documentação que está em discussão pública. Esta é, neste momento, a ferramenta mais adequada de divulgação." -----

-- Procedeu-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD, nove votos do PS, dois da CDU e dois do CDS/PP, e um voto contra do Bloco de Esquerda, o Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico da Rede Básica do Município de Mafra, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual. -----

-- Passou-se ao quinto ponto denominado "**Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais no Município de Mafra**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "como sabem, a Simtejo trata das águas residuais em alta, pelo que tem um regulamento próprio. Este regulamento só pode ter eficácia na área de cada município se for devidamente aprovado pelas respectivas Assembleias Municipais. A Simtejo não é Administração Central, é uma sociedade que integra vários municípios e não pode impor regras sem que a Assembleia Municipal de cada município se pronuncie sobre isso." -----

-- O Senhor José João Costa disse: "reitero aqui as críticas e as sugestões que foram feitas anteriormente porque, efectivamente, a maior parte destes documentos estiveram em discussão pública na altura das férias e a maioria das pessoas não teve acesso. Por outro lado, a informação ao público é muito restrita. É preciso alargar essa informação para que sejam conhecidos os projectos que a Câmara coloca em discussão pública. De referir ainda que toda a documentação que nos é entregue é cópia fiel dos regulamentos que estão em discussão pública, não traz informação adicional e, muitas vezes, essa informação suplementar é essencial para fazermos apreciações e análises do assunto em discussão. Relativamente ao Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais no Município de Mafra, cumpre-nos solicitar os seguintes esclarecimentos: o projecto de regulamento foi divulgado junto das entidades industriais do Concelho para serem detectadas observações que pudessem ser importantes? Do mesmo modo, vão ser informadas todas as pequenas e médias empresas, assim como as actividades comerciais que eventualmente possam ficar abrangidas, das medidas que devem tomar e das condições que vão ter que cumprir? Está a Câmara em condições de promover acções de sensibilização junto das empresas industriais e dar apoio técnico para o esclarecimento e ajuda nas soluções, em especial das pequenas e muito pequenas empresas industriais que não têm quadros técnicos? Este esclarecimento relaciona-se com o estipulado nos artigos décimo, décimo primeiro e décimo segundo, porquanto é do conhecimento geral que os nossos cursos de água estão na maioria das vezes altamente poluídos, quer seja por descargas directas permanentes, quer por descargas acidentais ou intencionais, ou ainda porque muitas das empresas desconhecem ou não têm condições para cumprir a regulamentação. No artigo décimo segundo, número cinco, diz que cumpre à entidade licenciadora informar a entidade gestora do sistema municipal quando ocorra uma descarga accidental. Isto acontece? Tem a Autarquia e a entidade gestora condições para fazer a fiscalização? O artigo trinta e seis delega

na Simtejo as competências da entidade licenciadora, assim sendo, a Simtejo passa a acumular os poderes da entidade licenciadora e da entidade gestora. Será que tem os dois poderes? Licencia e gere? Mesmo sendo assim, a Autarquia não deve deixar de analisar as actuações da entidade a quem delega competências. Como é que isto tudo é feito? A Câmara Municipal deve informar periodicamente esta Assembleia das situações que ocorram no âmbito do consagrado no artigo décimo, décimo primeiro e décimo segundo." -----

-- Interveio o Senhor Joaquim Biancard Cruz para dizer que "hoje, há aqui uma vitimização relativamente à documentação da Câmara. Parece que a oposição foi de férias durante três meses, deve ter um *bug* informático nos seus computadores. Chamar informação restrita ao que está divulgado num site público, nunca ouvi. Relativamente à informação adicional, cada um deve fazer a sua reflexão sobre aquilo que está em discussão. Sobre o projecto em análise, o Grupo Municipal do PPD/PSD irá votar a favor desta medida." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que "as dúvidas que foram levantadas são pertinentes, mas encontram-se plasmadas no texto. É evidente que a entidade licenciadora vai também ser fiscalizadora. A Câmara não se demite das suas responsabilidades dentro do seu espaço municipal, pelo que este regulamento está também a ser fiscalizado e verificado pela Câmara. Devo dizer que todas as semanas a Simtejo comunica os lançamentos abusivos, descuidados ou propositados, que acontecem nas linhas de água. Por outro lado, a GNR, através do SEPNA, actua em fiscalização constante e permanente. Todos os industriais foram alertados desta situação e estão a ser sensibilizados há muito tempo. Este regulamento foi publicado em vinte e seis de Maio de dois mil e dez. Antes de se fazer o regulamento, houve um levantamento exaustivo de todos os industriais que careciam de algum tratamento especial dos seus resíduos. Para obterem o licenciamento da sua actividade, uma das cláusulas é exactamente onde é que vão depositar os resíduos, ou fazendo um pré-tratamento, ou utilizando, quando é possível, o intersector municipal. Tudo isto está em articulação perfeita entre a Câmara, a Simtejo e a entidade fiscalizadora, a SEPNA da GNR. Não declinamos responsabilidades. Como a Simtejo gere as estações de tratamento, é a principal e primeira interessada em que os influentes que lá cheguem sejam ou pré-tratados, ou devidamente identificados, porque senão ocorrem as multas que o Ministério do Ambiente, através dos seus departamentos de fiscalização, impõe." -----

-- O Senhor José João Costa disse ainda que "ouvi com atenção a explicação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu, mas tenhamos em consideração o seguinte: as unidades industriais que estão licenciadas são facilmente fiscalizadas e, portanto, normalmente têm tudo conforme o regulamento estipula, mas temos que ver que o Concelho cresceu muito, proliferam muito as pequenas indústrias, que, normalmente, vertem para os cursos de água óleo dos carros, produtos corrosivos. Tem a Simtejo pessoal suficiente para poder fazer essa fiscalização?" ---

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "qualquer cidadão que habite no Município é um fiscal permanente e atento, podendo denunciar qualquer atitude. Existe fiscalização permanente no terreno. É evidente que é mais fácil controlar as que estão licenciadas, através de análises contínuas e obrigatórias". ---

-- O Senhor José João Costa acrescentou que "este assunto vem em má altura, porque agora, quando começarem as chuvadas, começam as descargas das suiniculturas. Eu moro junto ao Lizandro e naquela zona da Malveira há alturas em que é quase intransitável, devido aos maus cheiros que o invadem." -----

-- Foi colocado o ponto à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD, nove do PS e dois da CDU, um voto contra do Bloco de Esquerda e duas abstenções do CDS/PP, o Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais no Município de Mafra, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual. -----

-- Prosseguiu-se com o sexto ponto denominado "**Alterações do Regulamento da Creche da Câmara Municipal de Mafra**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "estas alterações têm a ver com situações que foram detectadas durante o último ano." -----

-- O Senhor José Silva interveio para questionar o Executivo se "já existe uma data prevista para a colocação dos assistentes operacionais que estão em falta em algumas escolas do nosso Concelho?" -----

-- O Senhor Tiago Nunes referiu que "queria realçar a importância do tipo de serviços que são prestados por esta creche e o importante incentivo que é transmitido às famílias. Obviamente que merece o nosso voto favorável. Porque há pouco critiquei o regulamento anterior, gostaria agora de dar como exemplo este regulamento, onde não se verificam erros e os artigos se encontram redigidos de forma clara." -----

-- Usando da palavra, a Senhora Dona Cristina Loureiro disse que "o Grupo Parlamentar do PSD vai aprovar este regulamento e as alterações que são feitas. Não só porque está bem escrito, mas, essencialmente, porque este tipo de serviços que a Câmara Municipal disponibiliza às famílias é extremamente importante. A Creche foi mais um passo neste Município, que veio colmatar uma falha existente. De referir ainda que esta infra-estrutura veio juntar-se à rede escolar, que hoje ouvi chamar de razoável e que, enquanto professora deste Concelho, posso dizer que não é razoável, é muito boa." -----

-- O Senhor Aníbal Ferra interveio, dizendo que "como já vi que alguém ficou melindrado por eu ter dito que o nosso parque escolar era razoável, não retiro uma vírgula a isso, até porque entendo que os estabelecimentos de ensino não são só muros, dentro das escolas há pessoas. Assim, como dentro das escolas há pessoas, não devia haver professores como os das AEC. O melhor que há dentro das escolas, tal como nas empresas, são os recursos humanos." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "gostaria de abordar a questão da colocação de auxiliares. A Câmara cumpre os rácios do Ministério da Educação. Só há pouco tempo tomámos conhecimento oficial, através da DREL, do número de auxiliares em falta e só depois disso é que podemos contratar as pessoas que são necessárias por cada sala de aula e por cada corredor. Na prática, de acordo com o protocolo, estamos a fazer uma espécie de prestação de serviços ao Ministério da Educação. Aproveito ainda para vos dizer que hoje, em frente à Escola Básica Hélia Correia, foi atropelada uma criança, que seguia na passeadeira, por um carro que ultrapassou o que se encontrava parado. A lombagem que se encontra no local não resulta. Como tal, vou colocar uma lombagem com um metro e meio, obrigando os carros a pararem. Prefiro ter críticas do que mais registos de acidentes. Este acontecimento deve-se à falta de educação dos condutores." -----

-- Deu-se início à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e dois do CDS/PP, e um voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar as alterações do Regulamento da Creche da Câmara Municipal de Mafra. -----

-- Deu-se início ao sétimo ponto sobre a "**Alteração aos Valores da Tabela de Taxas**". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "esta situação resulta de uma alteração do preço da utilização dos frigoríficos nos mercados municipais." -

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "esta alteração resulta de um erro que foi detectado, em que tinham sido colocados seis euros e setenta, por caixa, por dia, no frigorífico. O valor não é de seis euros e setenta, por caixa por dia, mas sim zero vinte e cinco cêntimos, por caixa por dia, para armazenamento do peixe de um dia para o outro. Mandei, de imediato, suspender o pagamento desta taxa, rectificar o valor e trazê-lo a votação nesta reunião." -----

-- O Senhor Alves Pardal referiu que "eu vinha fazer uma crítica, mas tenho de



reconhecer que os esclarecimentos prestados são suficientes. A falha técnica foi corrigida." -----

-- No uso da palavra, o Senhor José João Costa disse que "se outros exemplos não houvesse, esta era a prova de que, efectivamente, a informação que nos é prestada é muito vaga. Eu fiquei calado porque ouvi agora a explicação do Senhor Presidente da Câmara. Este documento só traz aquilo que foi submetido à discussão pública e não nos diz que houve uma gralha que foi corrigida. Se isto viesse escrito, não teria vindo aqui agora." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "podem consultar a tabela de taxas antiga no site da Câmara." -----

-- Interveio o Senhor António Branco para dizer que "não tenho especial apetência no trabalho de regulamentos. Acho que podíamos aproveitar esta gralha para falar um pouco no procedimento que esteve associado à sua detecção. Foram os visados que detectaram a questão e esta foi rectificada. Por mais informação que possamos ter, a não ser que estejamos identificados com cada uma das matérias, é difícil para nós encontrarmos estes erros. É importante encontrar mecanismos para promover a consulta pública, fazendo chegar as rectificações e estas serem feitas oportunamente." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz disse que "a falta de informação esclarece-se no edital quatrocentos e noventa/ dois mil e dez, que está aqui no processo, onde é dito no último parágrafo que «o processo inclui a respectiva fundamentação económica e financeira e está disponível para consulta no portal desta Autarquia, em www.cm-mafra.pt, e nas referidas instalações dentro do horário de expediente, das oito e quarenta e cinco às dezoito e trinta.» Votamos favoravelmente.»" -----

-- O Senhor José João Costa disse ainda: "sabe qual é a taxa que as vendedoras de peixe pagam por cada banca no mercado da Ericeira? Sabe qual é a taxa que pagam no mercado de Mafra? Não sabe. Como é que eu, consultando o portal, vou saber que se tratou de um erro tipográfico ou informático? Eu não sei as taxas que se pagam. Soube agora que houve uma queixa das pessoas que foram lá taxadas, dizendo que o valor não estava bem, mas como posso saber se eram aquelas ou não? O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra deu-nos a explicação. Eu não posso ir ao portal e ver." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "convém aqui esclarecer que não se recusaram a pagar ou protestaram, o que disseram é que era caro. Foi um erro de cálculo porque puseram determinadas premissas na fórmula. Foi detectado à dez da manhã e eu mandei suspender de imediato a cobrança das taxas." -----

-- O Senhor Júlio Lopes referiu que "relativamente a este problema das taxas, eu estive envolvido nele e o fiscal do mercado disse que os Vereadores do PS também tinham votado a favor. Eu disse que realmente tinham votado, mas está errado. O que aconteceu foi que as vendedoras na praça viram que era incomportável pagar seis euros. A Câmara alterou, não tenho nada a acrescentar." -----

-- Procedeu-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, ao abrigo do disposto na alínea e) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/ PSD, nove do PS, dois da CDU e um do Bloco de Esquerda, e duas abstenções do CDS/ PP, a alteração aos Valores da Tabela de Taxas do Município de Mafra, constantes nos números cinco e seis ponto um do artigo décimo primeiro para zero vírgula vinte e cinco centimos e quinze vírgula cinquenta centimos, respectivamente, mantendo como base todos os pressupostos que estiveram presentes na elaboração da Tabela de Taxas, observando o estudo económico e financeiro, efectuado em cumprimento do disposto na alínea c do número dois do artigo oitavo da Lei número cinquenta e três-E/ dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro." -----

-- Iniciou-se o oitavo ponto denominado "**Regulamento de Publicidade do Município de Mafra**". -----

-- Interveio o Senhor António Branco dizendo que "eu tive curiosidade em ver este regulamento em pormenor, pois lembro-me que em dois mil e oito foi aprovado um regulamento de publicidade no Executivo do qual eu fazia parte. No essencial, a nossa questão era se a propaganda política era ou não publicidade. Da discussão foi concluído que esta não era. Isso foi vertido no próprio regulamento e agora isso não acontece. Fiquei baralhado. Num caso, era dito claramente que não era publicidade, no outro caso, com a figura da isenção, está-se a admitir que estas matérias são publicidade, mas estão isentas. Parecia-me que a primeira solução era mais clara, porque, de facto, a propaganda política, sindical ou religiosa nunca deve ser entendida como publicidade." -----

-- O Senhor Alves Pardal referiu que "em relação a esta matéria, nós somos sensíveis e compreendemos a necessidade do regulamento, mas há um ponto que nos merece reservas. No artigo décimo, número dois, é referido que a remoção de licença não dá lugar a qualquer indemnização. Parece-nos que esta matéria deveria caber aos tribunais e não num regulamento municipal, que diz logo que não deve haver lugar a indemnização. É só por isso que nos vamos abster." -----

-- No uso da palavra, o Senhor José João Costa disse que "não tenho formação jurídica, mas a propaganda política tem razão de ser para estar desta forma no regulamento, porque, embora não seja taxada nem licenciada pela Câmara, tem que lhe ser comunicada, tendo que estar aqui como isenta. Ou seja, os locais onde a propaganda vai ser afixada têm que ser comunicados à Câmara. Até há legislação nacional que regula isso. Passando à situação deste projecto, ao analisarmos o presente regulamento deparamo-nos com algumas situações que não se compadecem com a realidade, a saber: é nosso entender que o presente regulamento carece de um estudo aprofundado, de modo a adaptá-lo à realidade do Concelho de Mafra. Sugerimos que a Câmara realize esse estudo, convidando para o fazer pessoas e/ou entidades conhecedoras das matéria. No Concelho existem pessoas entendidas para o efeito. Alargando a sugestão a algumas das matérias que gostaríamos de ver regulamentadas, e sabendo do empenho da Câmara Municipal na promoção do Convento a nível mundial, lógico se torna a necessidade de definir as áreas a proteger. Existem no Concelho de Mafra duas realidades concretas: o Convento de Mafra e a área envolvente; e a zona turística da Ericeira. É do conhecimento de todos que muitos municípios são hoje em dia exigentes na protecção do seu património histórico, esta realidade é conhecida no estrangeiro e também já no nosso país. Esta é uma das situações que não está acautelada no regulamento em discussão e que, em nosso entender, devia ser devidamente regulamentado o tipo, as cores, as dimensões, as áreas definidas na envolvente do monumento, do mesmo modo na zona turística da Ericeira. Com estas simples sugestões, pensamos contribuir para que se torne possível e viável a promoção do Município de Mafra." -----

-- Interveio o Senhor Joaquim Biancard Cruz para dizer que "vamos votar a favor. Este regulamento é bastante sensível em termos das taxas para as próprias Juntas de Freguesia do Concelho." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo que "a publicidade na área protegida do Convento tem parecer do IGESPAR, a Câmara apenas trata o processo. O IGESPAR não tem um regulamento próprio, não é que não tenhamos desafiado o IGESPAR para fazer um plano de pormenor não só para publicidade, mas também para toda a zona edificada de protecção do palácio. Os comerciantes até estavam disponíveis. Com as obras da envolvente, vamos insistir junto do IGESPAR para definir um regulamento." -----

-- Prosseguiu-se com a votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e noventa e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/ PSD, nove do PS e um do Bloco de Esquerda, duas abstenções do CDS/ PP e duas da CDU, o Regulamento de Publicidade do Município de Mafra, com a alteração do texto do número dois do artigo vigésimo oitavo, o qual ficará com a

seguinte redacção: A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em bens ou espaços privados visíveis ou perceptíveis dos bens ou espaços referidos no número anterior está sujeita a autorização da Câmara Municipal." -----

-- Deu-se sequência ao nono ponto sobre "**Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2011**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Vice-Presidente referiu que "nós também temos o nosso PEC. Efectivamente, as contas do Município não são diferentes daquilo que acontece na generalidade do país. Nota-se uma receita menor, nomeadamente nas receitas de capital. Verifica-se que há indisponibilidade dos investidores. Infelizmente, é uma necessidade manter esta taxa máxima para cumprir os projectos anunciados. Neste sentido, propomos as taxas de zero vírgula sete por cento para prédios normais e zero vírgula quatro por cento para os outros. A OCDE recomendava também o aumento do IMI, pelo que vamos aguardar." -----

-- Interveio o Senhor Alves Pardal para dizer que "esta matéria da fiscalidade municipal é muito sensível. A entidade pública tem de efectuar despesas para cumprir com as suas funções e, para isso, precisa de meios financeiros. A estrutura de financiamento do poder local, em nosso entender, não é a mais indicada. Nós somos contra as taxas máximas do IMI. Tem de haver solidariedade, mas essa solidariedade não pode ser só do lado da despesa, mas também do lado da receita. A habitação é um valor fundamental e nós temos de sensibilizar para as dificuldades de muitos agregados familiares. Gostávamos que o nosso município passasse a ter uma imagem de amigo do contribuinte, amigo do munícipe do ponto de vista fiscal. A explicação do Senhor Vereador Gil Ricardo suscitou-nos uma inquietação ainda maior. Todos nós conhecemos o fenómeno de elasticidade, as pessoas estão dispostas a ir pagando, mas há uma altura em que o custo é demasiado elevado e as pessoas deixam de pagar. Será que, se a taxa do IMI não fosse um pouco menor, isso não constituiria um incentivo para os agregados pagarem? A Autarquia carece de receitas." -----

-- No uso da palavra, o Senhor José João Costa disse que "ao ouvirmos as palavras do Senhor Vice-Presidente, ficámos sensibilizados para o problema das famílias. Com estas novas medidas, vão-se agravar ainda mais. Conhecemos as dificuldades que as autarquias têm de se financiar e também as dificuldades das famílias. Nós somos a favor das famílias, estas são constituídas por pessoas e as pessoas são hoje confrontadas com situações para as quais não contribuíram. Cabe aos responsáveis autárquicos aliviar a carga das famílias. Como? Manifestando a sua solidariedade através da redução das taxas do IMI, que revertem para a Câmara. Assim, propomos que nos prédios urbanos a taxa de zero vírgula sete passe para zero vírgula seis e a taxa dos prédios urbanos avaliados passe de zero vírgula quatro para zero vírgula três." -----

-- O Senhor Aníbal Ferra disse que "este tema já tinha sido abordado pelo Bloco de Esquerda no orçamento de dois mil e dez. Já neste ano são visíveis as dificuldades das famílias em cumprir as suas obrigações. Sugerí aqui que o IMI descesse um por cento. Houve um deputado desta Assembleia que ironizou quando eu disse que esta Assembleia e o Executivo deviam manifestar o seu espírito de solidariedade para com os habitantes deste Concelho, até porque é na sua maioria um dormitório. Vejo hoje com alguma surpresa o PS e a CDU a pedirem solidariedade. Gostaria que este sentimento fosse transmitido à Câmara Municipal. Quando num universo de quatro milhões não foi recebido mais de um milhão de euros, isto quer dizer alguma coisa. Devemos pensar seriamente no tema que estamos a tratar." -----

-- O Senhor António Branco referiu que "em termos regulamentares, venho pedir uma interrupção desta Assembleia para o Grupo Municipal do PS poder ponderar sobre a matéria em discussão." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu, dizendo que "é um pedido legítimo. Podemos fazer a interrupção num período máximo de dez minutos, nos termos do artigo quinto da alínea d) do nosso Regimento." -----

-- Depois da interrupção dos trabalhos, os mesmos foram retomados. -----

-- O Senhor António Branco disse que "pedi uma interrupção porque houve alguns elementos adicionais que foram disponibilizados nesta Assembleia, designadamente pelo Senhor Vereador Gil Ricardo, que nos levaram a repensar uma posição, focando dois pontos. As taxas que o Executivo propõe, de zero vírgula sete e zero vírgula quatro, são as taxas máximas. Nós trabalhamos na hipótese de que as taxas máximas são de zero vírgula oito, zero vírgula cinco e que para cada orçamento será o Governo a defini-las. Havia aqui esta ideia diferente porque nós tínhamos olhado para a proposta na perspectiva do próprio Executivo estar sensível a uma realidade que foi muito bem expressa aqui por várias pessoas e que, no passado, nos levou sempre a dizer que entendíamos que o Executivo nunca olhava para a realidade das pessoas e tinha apenas a preocupação estrita do equilíbrio das contas financeiras do Município. A outra informação adicional é que, apesar das taxas aprovadas, as pessoas não estão a cumprir no *timing* adequado as suas responsabilidades face ao IMI. Portanto, mais uma preocupação que se acentua sobre nós. Tivemos que ponderar estes aspectos e com sentido de responsabilidade. Ouvimos as intervenções do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças, que pediram sacrifícios a todas as pessoas e também aos Municípios. Pensamos que, apesar de todas as dificuldades, temos de ter um caminho de equilíbrio do défice. Por essa razão, na sequência da reunião realizada anteriormente, quero fazer a seguinte declaração, que na parte final define qual é a posição do Partido Socialista relativamente à proposta do IMI que é apresentada a esta Assembleia. Com efeito, após ter analisado em profundidade a proposta de IMI apresentada pelo Executivo Municipal com vista à elaboração do Orçamento Municipal para dois mil e onze, em reunião conjunta dos membros da Assembleia Municipal com os vereadores socialistas na Câmara Municipal de Mafra, o Grupo Municipal do PS considera a proposta de fixação das taxas do IMI incidentes sobre os prédios urbanos, zero vírgula sete por cento, e sobre os prédios urbanos avaliados, zero vírgula quatro por cento, para dois mil e onze, realista e tecnicamente aceitável, pelo que votará favoravelmente a sua aprovação por esta Assembleia Municipal." -----

-- Interveio o Senhor Joaquim Biancard Cruz para dizer que "este é sempre um ponto quente de discussão todos os anos. A bancada do PSD tem vindo a confiar na política do Executivo. Sabemos como estiveram as contas do ano passado, a informação que o Senhor Vice-Presidente deu é extremamente importante e tem aqui ligado um cariz social. Sempre fui a favor de que o modelo municipal macro não está adequado. Devia ser muito mais para o utilizador-pagador e não a dependência da construção. De certeza que houve aqui uma gralha do Bloco de Esquerda, uma vez que não ia propor um por cento de descida, mas zero vírgula um por cento, porque senão passávamos de uma receita para uma despesa. Devido ao contexto e ao equilíbrio das contas públicas de Mafra, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta proposta do Executivo Camarário." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "gostaria de lembrar o CDS que é muito fácil nós dizermos que o modelo de distribuição de dinheiro para as autarquias não serve. Por outro lado, também devo dizer que o período de isenção foi aumentado pelo Governo, sem auscultar os municípios. Além do que será pura demagogia baixar um ponto, porque isso é muito pouco para as pessoas. Concluindo, são estes os mecanismos que os municípios têm à disposição. É muito fácil para quem está de fora não tentar perceber as dificuldades da gestão. É verdade que pedimos sempre o máximo, mas justificamos porque é que o pedimos. As obras estão aí." -----

-- Prosseguiu-se com a votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar por maioria, com vinte e sete votos a favor, vinte e sete do PPD/PSD e nove do PS, e cinco votos contra, dois da CDU, um do Bloco de Esquerda e dois do CDS/PP, fixar as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em zero vírgula sete por cento para os Prédios Urbanos e zero vírgula quatro para os Prédios Urbanos Avaliados, nos termos do Código do

Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano dois mil e onze, aplicáveis em todas as freguesias do Município, nos termos conjugados da alínea f) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, e do número cinco do artigo cento e doze do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete/ dois mil e três, de doze de Novembro, na sua redacção actual. -----

-- Passou-se ao décimo ponto denominado "**Modificação aos Documentos Previsionais – Revisão**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

-- O Senhor Vice-Presidente esclareceu que "este ponto tem a ver com o percurso verificado durante o ano de dois mil e nove e dois mil e dez. O Orçamento de Estado foi apresentado depois da aprovação do nosso orçamento. Nestas verbas, ficámos surpreendidos com duas situações: uma prende-se com a novidade criada pela alteração com a retenção de verbas atribuídas à ADSE. Cada instituição suporta os encargos da ADSE dos seus colaboradores. Foi criada no Orçamento de Estado de dois mil e dez uma nova rubrica para cativação de verbas, isto é, como algumas Câmaras não pagam a ADSE no âmbito do prazo definido, por antecipação há que reter a verba e, dessa forma, os procedimentos foram alterados. No nosso caso, cativaram-nos duzentos e trinta e três mil euros em relação ao que prevíamos arrecadar. Este ano, tivemos que criar uma nova acção, produziu-se uma revisão na parte da despesa para acomodar este novo pagamento por via de cativação de verba à Administração Central do Sistema de Saúde, IP. O valor final apurado para transferência para o Município de Mafra deixou de ser de sete milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, passando a ser de sete milhões, seiscentos e vinte e três. Com esta novidade, temos que criar mais uma acção no orçamento para o Serviço Nacional de Saúde. -----

-- Não havendo inscrições, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea b) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU, um do Bloco de Esquerda e duas abstenções do CDS/PP. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "ao abrigo do regimento, a Assembleia não se pode prolongar para depois das vinte e quatro horas, pelo que tem que haver uma deliberação expressa pelo plenário." -----

-- Ninguém se manifestou contra esta deliberação, tendo a ordem do dia prosseguido com o décimo primeiro ponto denominado "**Alteração do PUATE – Foz do Lizandro**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Hélder Silva. -----

-- O Senhor Vereador Hélder Silva referiu que "como é sabido, está a ser implementado o sistema de saneamento, que é a ETAR da Foz do Lizandro. Está em fase final de construção. O Município comprometeu-se à desafecção da REN da parcela onde está instalada. Foi um processo que demorou algum tempo. Depois de duas tentativas, com todas as entidades a darem parecer favorável, conseguiu-se que a CCDR desse o parecer favorável. Foi uma dificuldade acrescida que não era expectável, nem pela Simtejo, nem pela Câmara. Trata-se de uma pequena área, mas, de qualquer forma, finalizámos o processo. Este passou pela consulta pública, não tendo havido nenhum comentário, foi à Câmara e vem hoje à Assembleia Municipal para ser aprovada." -----

-- O Senhor José João Costa disse que "detectámos que a CCDR-LVT tinha levantado uma questão à Câmara. Suponho que seria a desafecção da REN. Não puseram problemas sobre a área inundável?" -----

-- O Senhor Vereador Hélder Silva respondeu que "quem trata da área inundável é a ARH-Tejo. A questão levantada pela CCDR prendia-se com a desafecção." -----

-- Prosseguiu com a votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/ PSD, nove do PS, dois da CDU, um do Bloco de Esquerda e duas abstenções do CDS/ PP, as alterações ao Plano de Urbanização da Área Territorial da Ericeira (PUATE), para a instalação da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Foz do Lizandro, nos termos conjugados do número um do artigo setenta e nove do Decreto-Lei número trezentos e oitenta/ noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, na sua redacção actual, e da alínea b) do número três do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Assembleia o mandato para a elaboração da acta em minuta, não se verificando objecções. -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público**. Não se verificaram inscrições, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a Quarta Sessão Ordinária do ano de dois mil e dez da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam dez minutos das vinte e quatro horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: Senhor Domingos Janota substituído pela Senhora Dona Célia Vicente; Senhor Daniel Marchante substituído pelo Senhor Renato Santos; Senhor Joaquim Ribas da Costa; Senhora Dona Licínia Quitério substituída pelo Senhor José da Silva; Senhor Mário Acúrcio substituído pela Senhora Dona Ana Isabel Silva; Senhor Nuno Sardinha; Senhor Paulo Ricardo; e Senhor Vítor Rodrigues substituído pelo Senhor Vítor Costa. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís António Ribeiro Alves
Luís António Ribeiro Alves